

Rhodes tenta congelar por um ano os créditos interbancários

por Reginaldo Heller
do Rio

O coordenador do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira — o "advisory committee" —, William Rhodes, já está iniciando os contatos com os bancos credores para transformar as linhas de crédito interbancário, todas de curtíssimo prazo, em financiamentos por um ano. Isto equivaleria a um virtual congelamento do saldo atual, da ordem de US\$ 6 bilhões, que seria remunerado a uma taxa equivalente ao "prime-rate" e um "spread" de 1,75%, igual, portanto, à taxa hoje cobrada. A proposta já está circulando em restritos meios financeiros e é acompanhada, também, de uma segunda proposta destinada a viabilizar os créditos comerciais ao longo do próximo ano. Neste último caso, a idéia é firmar um contrato com todos os bancos credores, os quais se comprometeriam a manter o nível atual de empréstimos.

Segundo informações de fontes com acesso ao "advisory committee", os financiamentos oficiais de agências governamentais de crédito, como o Eximbank dos Estados Unidos e

congêneres de outros países, cobririam a diferença entre o saldo atual e as necessidades globais de crédito comercial do País. Neste caso, há a possibilidade de desembolso para financiamentos de importações que poderiam servir de liquidez provisória para atender ao fluxo de caixa do Banco Central em suas transações com o exterior.

Segundo as mesmas fontes, o clima predominante nos meios banqueiros internacionais, hoje, é definido pela expressão muito usada em encontros reservados: "no wage law, no money", isto é, sem uma lei, para os salários, não haverá dinheiro. Entretanto, sabe-se que a principal preocupação do Fundo Monetário Internacional com a mudança da política salarial não é, exatamente, o combate à inflação, mas evitar uma exacerbção de tensões sociais que afluíram em decorrência do desemprego, no caso de não existir uma lei salarial. No fundo, confidenciam fontes com acesso ao próprio FMI, a intenção seria implementar logo a livre negociação.

Pelas mesmas razões sociais e políticas, muitos banqueiros têm preferido evitar uma solução dura-

Os 5 pontos de Simonsen

Em artigo que publicou na revista que edita, a Simposium, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ao analisar a crise externa da economia brasileira, destaca cinco pontos importantes para contestar o que chama de "torre de babel" das propostas alternativas à aceitação do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e aponta alguns dos problemas enfrentados pelo País no mercado financeiro internacional. Destacam-se, entre estes, a falta de um interlocutor apto para discutir a renegociação da dívida externa, muito em-

bora reconheça que uma ampla renegociação dependeria de progressos institucionais no exterior e no próprio País. Lembra que a política econômica adotada no País desde 1980, de sucessivos vaivéus, gerou controvérsias internamente e lá fora, agravando ainda mais as dificuldades de interlocução. Contudo, encerra seu artigo defendendo o Decreto-lei nº 2.045 e o programa do FMI, para evitar um total isolamento do País, e chama a atenção para as tentativas de "malvinização" da economia brasileira.

doura para a crise brasileira, atendo-se, quase exclusivamente, a soluções provisórias de curto prazo, que permitissem um acompanhamento pelo FMI da implementação da política de ajustamento. Conforme disse a este jornal uma fonte brasileira de trânsito internacional indiscutível, o acordo em torno do próximo empréstimo-jumbo prevê, informalmente, um aporte adicional de recursos em meados do ano que vem, caso o programa do FMI seja cumprido.